



Grupo Parlamentar
Bloco de Esquerda
Açores



*** Intervenção inicial Zuraída Soares, Debate de Urgência – “Análise da situação do desemprego na Região Autónoma dos Açores, consequências e medidas de apoio” – 9 de Fevereiro de 2010**

Senhor Presidente da Assembleia Legislativa dos Açores

Senhoras e Senhores Deputados

Senhor Presidente do Governo Regional

Senhoras e Senhores Membros do Governo

As gravíssimas dificuldades com que grande número de famílias açorianas se confrontam, neste momento, em resultado do número galopante de desempregados – já não só de um elemento mas, em cada vez maior número, dos dois elementos do núcleo familiar - demonstram que o combate à crise social instalada não está a dar os resultados que a sociedade espera e os mais necessitados exigem. Todos e cada um ou uma de nós, nesta Casa, conhecem situações de verdadeiro desespero, seja na aquisição de bens alimentares de primeira necessidade, seja no pagamento das facturas da água e da luz, seja no cumprimento das prestações mensais das propinas dos filhos (com o conseqüente abandono dos estudos), seja na compra de medicamentos indispensáveis, seja no pagamento das rendas da casa ou dos empréstimos à habitação, seja no pagamento das mensalidades de creches e ocupação de tempos livres, seja no abandono das explicações dadas por professores no desemprego, etc, etc, etc. Muitas destas famílias tinham, até há pouco tempo, uma vida minimamente digna, ainda que com sinais exteriores de pobreza. Hoje, confrontam-se com a falta de esperança de que melhores dias possam vir, a tempo de as poupar à vergonha, às múltiplas carências e à humilhação.

Será um lugar comum dizer, aqui, nesta Assembleia, que o desemprego é o maior e mais grave problema com que os Açores se confrontam (com um aumento de 51,8%,



Grupo Parlamentar
Bloco de Esquerda
Açores



desde 2008), dada a sua transversalidade e impacto. Mas não o será a afirmação da urgência de encontrar respostas, soluções e, sobretudo, os consensos necessários, para que, das boas intenções possamos passar aos actos, com ousadia e capacidade de correr riscos. Já não basta dizer que estamos a fazer tudo quanto é possível. Temos que fazer mais. E estamos até obrigados a correr o risco de algumas das nossas propostas esbarrarem com a realidade e não surtirem os efeitos desejados. Corrigiremos cada uma delas e voltaremos ao princípio. É isso que os cidadãos e as cidadãs desta Região esperam dos deputados e deputadas que elegeram, independentemente dos partidos em que depositaram a sua confiança. E esta é a verdadeira razão e o objectivo desta iniciativa parlamentar do BE/Açores.

Começemos pelas empresas. Segundo dados do Sistema de Indicadores de Alerta, do Observatório do Emprego e Formação Profissional, em 2008, 8,2% das empresas declararam estar em 'má situação'; em 2009, essa percentagem subiu para 17,8%. Em 2008, 8,7% delas declararam ter os pagamentos respeitantes aos encargos sociais em atraso; em 2009, essa percentagem subiu para 13,1%. Em 2008, 7,6% das empresas já apresentavam irregularidades, no pagamento de salários; em 2009, a percentagem subiu para 11,3%. Em 2008, 21,5% das empresas declararam atrasos, no pagamento a fornecedores; em 2009, já são 25,5% delas. Em 2008, 4,6% das empresas declararam atrasos, no pagamento de encargos bancários; em 2009, a percentagem subiu para 8% (e é bom recordar que o incumprimento das obrigações bancárias é o 'fim de linha', no incumprimento de outras obrigações). De facto, os atrasos no pagamento de encargos fiscais têm tido uma evolução igualmente negativa: em 2008, 3,7% das empresas declararam atrasos e, em 2009, essa percentagem subiu para 8,5%. Quando os sindicatos afirmam que a maior parte das empresas não têm dado qualquer importância a uma adequada gestão estratégica dos seus recursos humanos – ao não apostarem e ao não cumprirem a obrigação de oferecer formação profissional aos seus trabalhadores – estão a falar verdade. São as próprias empresas que o reconhecem,



Grupo Parlamentar
Bloco de Esquerda
Açores



pois, em 2008, 68,4% delas afirmaram ter, ora ‘muitos problemas’, ora ‘alguns problemas’, quanto à qualificação dos seus recursos humanos.

Se, até Outubro de 2008, era suposto vivermos numa Região declarada, oficialmente, imune a qualquer futura crise, a verdade é que, já então, muitos açorianos experimentavam dificuldades e pressentiam, talvez melhor do que ninguém, que o futuro não se apresentava radioso, porque ameaçado por problemas estruturais, altamente fragilizantes da sustentabilidade económica e social dos Açores: baixos salários, enorme precariedade laboral (cerca de 40% dos trabalhadores), falta de meios técnicos, falta de condições de higiene e segurança no trabalho, falta de formação, qualificação e requalificação profissional.

As consequências de toda esta situação aí estão: o número de inscritos nas Agências de Qualificação e Emprego, em Janeiro do ano corrente, ultrapassou os 6.000 mas, o número real de desempregados, na Região, poderá rondar, de facto, os 9.000. E serão realistas as previsões do desemprego poder atingir, no primeiro semestre deste ano, os 10%. Na realidade, em Outubro de 2008, segundo dados do Instituto de Emprego e Formação Profissional, os Centros de Emprego da Região registavam 3.626 desempregados; em Dezembro de 2009, este número aumentou para 6.181. Em 2008, 754 desempregados estavam a usufruir de programas ocupacionais e, em 2009, já eram 1.066. No final de 2008 e durante o ano de 2009, pela primeira vez nos Açores, ocorreram suspensões de contratos e recorreu-se ao lay-off. Hoje, vislumbra-se a não renovação de contratos a prazo, o encerramento de mais empresas e até mesmo rescisões de contratos de trabalho, por justa causa, por parte dos trabalhadores. Em pleno mês de Fevereiro, cresce o número de trabalhadores com o salário de Dezembro em atraso, ou que ainda não receberam o subsídio de Natal, nem mesmo o de Férias do ano passado, ou com um crédito, sucessivamente acumulado, de subsídios de alimentação, diuturnidades e outras compensações financeiras. Empresas há – felizmente, não todas – que se recusam, pura e simplesmente, a formalizar as situações de despedimento, assim impedindo que os seus trabalhadores possam



Grupo Parlamentar
Bloco de Esquerda
Açores



beneficiar do subsídio de desemprego. E os salários em atraso aumentam de forma exponencial. Claro que tudo depende do que se entende por 'salários em atraso'... Como, inacreditavelmente, explicou uma Directora Regional, de facto há bastantes salários em atraso mas, do ponto de vista legal, estes, estando em atraso, não configuram aquilo a que podemos chamar de 'salários em atraso'. Confusos, Senhoras e Senhores Deputados? É que para estarem, de facto, em atraso, terão que não ser recebidos durante 60 dias consecutivos. Se os trabalhadores receberem, agora 50 euros, passados quinze dias, mais 100, passados três semanas, mais 30 e o resto, logo se verá, claro que têm os salários em atraso (e muito!), mas, afinal, não têm! O problema é que as rendas de casa, os empréstimos bancários, as facturas de água e de luz e a necessidade biológica de alimentação, por exemplo, são, paradoxalmente, consecutivas e não consta que aceitem fiados. Resta acrescentar que cerca de 20% dos desempregados açorianos não recebe subsídio de desemprego.

Empresas há, seguramente, que, além de terem acautelado o futuro (apostando na inovação, na criatividade, na tecnologia, no planeamento atempado, na qualificação dos seus trabalhadores e na boa gestão), fazem agora, também, questão de respeitar e dignificar quem para elas trabalhou durante 10, 15, 20 ou mais anos. Mas também há outras – sabemos-lo todos – que desbarataram os apoios recebidos, recusando-se a assumir uma dinâmica empreendedora séria e culpando os trabalhadores pelas dificuldades que atravessam, na construção civil, na hotelaria, na restauração, no comércio, nos serviços, na distribuição. Durante mais de um ano, muitas delas, foram destinatárias de variadíssimas medidas de apoio do Governo Regional, propostas e votadas, nesta Casa, com a aprovação do nosso Grupo Parlamentar. Pensamos ser chegado o momento de fazer um levantamento e uma fiscalização dos resultados alcançados com a implementação dessas medidas, adoptando uma postura rigorosa e transparente, no diagnóstico e nas estratégias de intervenção. Queremos com isto dizer que nem sempre têm sido claros e indiscutíveis os critérios que têm norteado as medidas de apoio acima referidas e as intervenções do Governo Regional, nesta



Grupo Parlamentar
Bloco de Esquerda
Açores



matéria. É que se, por exemplo, compreendemos e aceitamos que o Governo tenha adquirido 51% do capital social da SINAGA, por ser uma empresa com interesse estratégico para a Região e que emprega mais de 100 trabalhadores; se compreendemos e aceitamos idêntica intervenção no capital social da fábrica de conservas de Santa Catarina, por razões que se prendem, fundamentalmente, com o alto significado desta empresa, enquanto empregadora, na ilha de S. Jorge; já não compreendemos, nem aceitamos que o Governo Regional (e, para o caso, a Câmara Municipal da Horta) se mantenham indiferentes, ao anunciado encerramento da unidade fabril da COFACO, na ilha do Faial e aos sucessivos despedimentos ocorridos, nesta empresa. É ou não é uma empresa relevante para a economia dos Açores? É ou não é um factor de estabilidade económica e social para a ilha do Faial? É ou não é urgente assegurar aqueles postos de trabalho? É ou não verdade que “O trabalho de qualidade realizado, na linha de produção, pelas mulheres açorianas (na COFACO), constitui uma das marcas da Qualidade ou Tradição dos Açores», como muito bem disse, apenas há dois atrás, o Presidente do Governo Regional? Então, porque não usar a parceria privilegiada que o Governo mantém com esta empresa, alargando os prazos para o cumprimento das suas obrigações e obrigando-a, em troca, à contrapartida de manter todos os postos de trabalho actuais? São perguntas cuja resposta urge, em nome da clareza de critérios e dos objectivos pretendidos.

A todo este cenário, altamente preocupante e fonte de angústia e sofrimento para muitos milhares de famílias açorianas, junta-se, agora, a ameaça de um Orçamento recessivo, em discussão, na República. Um Orçamento que, ao diminuir o investimento público, os salários e as pensões, afectará, inevitavelmente, o nosso poder de compra (que é já o mais baixo do País, em termos regionais) e, por conseguinte, a procura interna. A seguir, afectará as empresas que produzem para o mercado interno e, de imediato, ameaça os postos de trabalho de quem ainda o mantém (à custa de sacrifícios e perda de direitos). Este será, portanto, um Orçamento contrário ao fomento de emprego, que vem acrescentar recessão à recessão instalada e que



Grupo Parlamentar
Bloco de Esquerda
Açores



acabará por diminuir, drasticamente, as receitas públicas: empresa que não vende, não paga impostos. E aí temos nós o endémico ciclo vicioso da nossa economia a ameaçar, mais uma vez e sempre.

Por todas estas razões é urgente dar respostas à urgência social que nos interpela. O Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda/Açores tem apresentado propostas, neste sentido e continuará a fazê-lo, independentemente da militante oposição da bancada parlamentar maioritária. Tal como continuará a votar, favoravelmente, todas as propostas que visem minorar as dificuldades e assegurar os direitos mais elementares dos cidadãos e das cidadãs, independentemente da bancada parlamentar que as propõe.

E para que o Governo Regional e o partido que o suporta não nos acuse de muito diagnosticar e nada propor – acusação, objectivamente, injusta mas demagógica, quanto baste -, aqui fica, mais uma vez, o nosso contributo, desafiando ambos a explicarem a todos aqueles que se confrontam com dificuldades múltiplas, o sentido e as razões da vossa avaliação:

- Impor, como contrapartida mínima, às empresas que recebem apoios do erário público, que não possam despedir trabalhadores;
- Constituir um Conselho Consultivo para a Inspeção Regional do Trabalho, composto por sindicatos, associações de imigrantes, associações de defesa dos direitos das mulheres e outras organizações representativas dos trabalhadores;
- Incluir, na lista de bens sujeitos ao regime de preços máximos, o pão de farinha de trigo tipo 65, consagrando, ainda, a obrigatoriedade da sua venda pelo preço/kg mais baixo, sempre que o vendedor não disponha, para venda, de qualquer das espécies alternativas;
- Estabelecer critérios de redução do preço da electricidade a agregados familiares com pessoas em situação de desemprego;



Grupo Parlamentar
Bloco de Esquerda
Açores



- Valorizar o complemento regional de pensão, para todos os pensionistas, cuja pensão seja inferior ao Salário Mínimo Regional;
- Investir, seriamente, na recuperação do edificado, medida esta que é de rápida concretização, dirige-se a pequenas empresas, fomenta o emprego imediato e dinamiza o mercado local;
- Implementar, com carácter de urgência, o Passe Social;
- Criar uma Bolsa Extraordinária para estudantes universitários, oriundos de famílias com, pelo menos, um dos progenitores desempregados;
- Usar a tão anunciada capacidade de influência, junto do Governo da República e do Partido Socialista, para reivindicar a aprovação, na Assembleia da República:
 - . do alargamento dos critérios de atribuição do Subsídio de Desemprego
 - . permitindo o acesso a quem tenha trabalhado e descontado, pelo menos, 6 meses, no ano que antecede o desemprego;
 - . do estabelecimento (mais do que justo) da pensão de reforma por inteiro, ao fim de 40 anos de contribuições, sem penalização, independentemente da idade;
 - . da alteração das regras de atribuição das pensões, revogando o factor de sustentabilidade para proteger o valor das pensões e para evitar o aumento da idade da reforma.

Tudo isto mostra a necessidade deste Debate de Urgência. A política é para as pessoas. Elas são o seu centro. Nada pode ser mais importante do que as pessoas, nem para a política, nem para esta Assembleia.